

ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

## ATA DA 54ª REUNIÃO DO 01º PERÍODO LEGISLATIVO DE 2014

Aos vinte e nove dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze, com a presença de todos os Senhores Vereadores que assinaram o livro de presença. Verificado o quorum e havendo número legal, às dezesseis horas e quinze minutos, o Senhor 2º Vice-Presidente, Vereador Maurinho Branco, declarou aberta a presente sessão com os seguintes dizeres: “Feliz a nação cujo Deus é o Senhor. Sob a proteção de Deus e em nome do povo de Petrópolis damos início aos nossos trabalhos.” Em seguida, solicitou ao 1º Secretário, Vereador Anderson Juliano, que procedesse à leitura da ata anterior, correspondência e do expediente. Realizada a leitura da ata anterior esta restou aprovada. Ato contínuo, solicitado pelo Senhor Presidente, passou a leitura do seguinte: **EXPEDIENTE:** GP 280 (CMP 1730/14); Requerimentos de Inclusão 1728 e 1732/14; Requerimento de Informação nº 1725/14; indicações nº 1708, 1709, 1710, 1711, 1712, 1713, 1714, 1715, 1716, 1717, 1718, 1719, 1721, 1722, 1723 e 1727/14. **Terminada** a leitura da correspondência e do expediente, Senhor Presidente suspendeu a sessão as 16:30h para que a Presidente da Fundação de Turismo fizesse algumas explicações sobre GPs protocolados nesta Casa. Reaberto os Trabalhos as 17:55h, o Senhor Presidente, Vereador Paulo Igor reabriu os trabalhos e, com anuência do plenário, passou à **ORDEM DO DIA:** Colocado em Discussão e Votação o Requerimento de Inclusão nº 1728/14 da Vereadora Gilda Beatriz, este foi aprovado com 14 votos, estando ausente o Vereador Thiago Damaceno. Colocado em 1ª Discussão e Votação o Projeto de Lei nº 949/14 da Vereadora Gilda Beatriz, este foi aprovado com 15 votos. Colocado em 2ª Discussão e Votação o Projeto de Lei nº 949/14 da Vereadora Gilda Beatriz, este foi aprovado com 14 votos, estando ausente o Vereador Thiago Damaceno. Colocado em Discussão e Votação o Requerimento de inclusão nº 1732/14 do Vereador Ronaldo Ramos, este foi aprovado com 13 votos, estando ausentes os vereadores Jorge Martins e Thiago Damaceno. Colocado em 1ª Discussão e Votação a o Projeto de Resolução nº 1106/14 da Vereadora Gilda Beatriz, este foi aprovado com 13 votos, estando ausentes os Vereadores Osvaldo do Vale e Ronaldão. Colocado em 1ª Discussão e Votação a o Projeto de Resolução nº 1187/14 do Vereador Ronaldão, este foi aprovado com 10 votos, estando ausentes os Vereadores Jorge Martins, Marcos Montanha, Osvaldo do Vale, Ronaldão e Thiago Damaceno. Colocado em 1ª Discussão e Votação a o Projeto de Resolução nº 1211/14 do Vereador Osvaldo do Vale, este foi aprovado com 10 votos, estando ausentes os Vereadores Jorge Martins, Marcos Montanha, Osvaldo do Vale, Ronaldão e Thiago Damaceno. Colocado em 1ª Discussão e Votação a o Projeto de Resolução nº 1238/14 do Vereador Meirelles, este foi aprovado com 12 votos, estando ausentes os Vereadores Jorge Martins; Osvaldo do Vale e Ronaldão. Colocado em 1ª Discussão e Votação a o Projeto de Resolução nº 1240/14 do Vereador Ronaldão, este foi aprovado com 12 votos, estando ausentes os Vereadores Jorge Martins; Osvaldo do Vale e Ronaldão. Colocado em 1ª Discussão e Votação a o Projeto de Resolução nº 1241/14 do Vereador Pastor Sebastião, este foi aprovado com 12 votos, estando ausentes



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

os Vereadores Jorge Martins; Osvaldo do Vale e Ronaldão. Colocado em 1ª Discussão e Votação a o Projeto de Resolução nº 1244/14 do Vereador Marcos Montanha, este foi aprovado com 10 votos, estando ausentes os Vereadores Jorge Martins, Marcos Montanha, Osvaldo do Vale, Ronaldão e Thiago Damaceno. Colocado em 2ª Discussão e Votação a o Projeto de Resolução nº 1255/14 do Vereador Meirelles, este foi aprovado com 11 votos, estando ausentes os Vereadores Jorge Martins, Marcos Montanha, Osvaldo do Vale e Ronaldão. Colocado em Discussão e Votação o Requerimento de Informação 1658/14 do Vereador Silmar Fortes, este foi aprovado com 10 votos, estando ausentes os Vereadores Jorge Martins, Marcos Montanha, Osvaldo do Vale, Ronaldão e Roni Medeiros. Colocada em Discussão e Votação as Indicações nº 1519, 1520, 1521, 1522, 1523, 1524, 1527, 1528, 1529, 1532, 1533, 1534, 1536, 1537, 1538, 1551, 1552, 1553, 1554, 1555, 1713, 1714, 1715 e 1717/14, todas as indicações foram aprovadas.

**Terminada a Ordem do dia**, o Senhor Presidente passou a palavra aos Vereadores inscritos para fazer uso da tribuna: **1) MAURINHO BRANCO, SDD** – Cumprimentou seus pares, imprensa e demais presentes. Em relação à inauguração do CRAS, no Madame Machado, disse que foi uma festa bonita e emocionante, pois o CDDH, fez um filme sobre a ocupação da comunidade 1º de Maio, com imagens ainda em preto e branco e depoimentos das primeiras pessoas que ocuparam a comunidade. Disse que escutar o testemunho dos moradores, de que as casas não tinham nada e viviam em meio a um matagal cheio de cobras, acrescentando que quando foram morar não achavam as casas, pois o CDDH distribuiu os números, mas ninguém sabia para onde ir. Registrou que os moradores precisavam sair com dois pares de sapatos, um para descer o morro e outro para continuar até a cidade, pois o primeiro ficava todo sujo de lama, acrescentando que foi uma lição de vida e que muitos moradores recentes não conheciam a história da comunidade e luta dos moradores para transformar a comunidade. Em seguida relatou que fez uma visita ao Lar São João de Deus, em Itaipava, onde ficam internados senhores de 60 anos, inclusive esteve como senhor Fernandes, de 100 anos, fundador do Lar São João de Deus. Disse ainda que esteve conversando o Dr. João Pereira de Souza, que trabalha na instituição há mais de 20 anos e que mostrou as dependências do Lar, onde constatou que até mesmo os idosos que não possuem condições de pagar recebem o mesmo tratamento. Finalizou dizendo que as pessoas que não conhecem o Lar São João de Deus deveriam conhecer e se possível colaborar com a instituição. **2) LUIZINHO SORRISO, PROS** – Cumprimentou seus pares, imprensa e demais presentes. Disse que por muitas vezes visitou o Lar São João de Deus e afirmou que é trabalho maravilhoso e vale a pena que os demais Vereadores conheçam a instituição. Em seguida iniciou seu discurso: “A violência urbana tem sido um dos maiores transtornos na realidade social, devido uma série de fatores, como por exemplo, a incapacidade do Estado de dar mais estrutura e proporcionar uma polícia ostensiva de forma estratégica. Temos que repensar a forma como estamos tratando esta questão que tem obstruído o direito de ir e vir de uma boa parte de nossa sociedade.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Outro ponto que precisamos olhar de forma mais atenta, é a violência em nossas escolas. Por isso irei apresentar alguns dados (não atualizados), mas que mostra claramente a realidade dura do dia a dia de nossas escolas. Os professores e funcionários vivem amedrontados com esta realidade que só faz crescer. “Em 2011, segundo dados do Ministério da Educação, quase 4,2 mil professores de português e matemática da 5.<sup>a</sup> e da 9.<sup>a</sup> séries da rede pública e privada de ensino fundamental contaram ter sido agredidos fisicamente por alunos dentro das salas de aula, nos corredores ou na saída dos colégios. O número representa 1,9% dos 225 mil docentes que responderam a um questionário anexado à última Prova Brasil. Trata-se de um exame aplicado a cada dois anos nas escolas públicas urbanas pelo Ministério da Educação. A Prova Brasil faz parte do Sistema Nacional de Avaliação do Rendimento Escolar e seus resultados entram no cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Na Prova Brasil de 2007, 6,6 mil professores afirmaram ter sido agredidos por aluno e outros 1,9 mil testemunharam estudantes portando armas de fogo dentro das escolas. Na Prova Brasil de 2011, mais de 9 mil docentes informaram ter visto estudantes portando facas e canivetes em sala de aula. Pelas estatísticas do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), as agressões aos docentes estão crescendo cerca de 20% por semestre. Entre 2008 e 2011, a entidade recebeu 157 denúncias de agressão, roubo, vandalismo e ameaças de morte em escolas paulistas.” É preciso que façamos algo a respeito, no sentido de reverter este quadro que impossibilita a liberdade de nossos docentes no exercício de sua função. A escola não é mais um ambiente tão pacífico e equilibrado como foi no passado. Hoje, é preciso que aja por parte das autoridades competentes maior fiscalização e proteção de nossos abnegados professores que se encontram numa encruzilhada, em outras palavras, com muita dificuldade de exercer seu papel. Às vezes dizer um não pode ser um início para intimidações e ações violentas. Qual é a causa da motivação da violência de nossos jovens? (...) O que vem acontecendo em nossas escolas é o resultado da falência da família ou da falta de infraestrutura do sistema? (...) É de suma importância que nos conscientizemos desta problemática para tratar o problema em sua raiz. A letargia e a imobilidade não podem fazer parte da estrutura dinâmica do Estado. A falta de segurança em nossas escolas e um tratamento mais duro pode ser o fomentador dessas ações violentas, que vem intimidando nossos professores e todos aqueles que atuam no sistema educacional. Petrópolis, hoje, tem vivido esta realidade dura e difícil, visto que trata, da principal coluna de sustentação de nossa sociedade: **A Educação**. Enquanto, a sociedade não colocar a Educação como prioridade na equação de solução do subdesenvolvimento econômico, teremos muitas dificuldades de transformar o Brasil numa grande potência. Continuamos tratando esse gigante adormecido com o mesmo desdém da época do descobrimento. O pensamento e as ações extrativistas estão secando todos os recursos, que deveriam ser investidos nos pontos fundamentais de nossa realidade social que se encontra ainda com profundas deficiências.” **3) PAULO IGOR, PMDB –**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Cumprimentou seus pares, imprensa, assistência e demais presentes. Disse que não poderia deixar de se posicionar para que conste em ata, tendo em vista que durante a tarde do dia anterior, foi procurado por algumas emissoras e hoje recebeu em seu gabinete a InterTv, para tratar da condenação do Prefeito em relação a forma de contratação e convenio com o Banco Bradesco. Disse que seu posicionamento foi de dizer que essa Casa não se oculta e jamais irá se omitir da função que tem de fiscalizar, portanto, nesse momento considera que qualquer atitude tomada por essa Casa seria prematura, tendo em vista que o processo ainda tramita nas vias judiciais, onde ainda cabe um último recurso, e o Prefeito através da imprensa esclarece à população que irá recorrer dessa decisão. Acrescentou que seria muito dolorido para a população petropolitanta, economia da cidade e continuidade dos serviços essenciais, qualquer interrupção provocada por essa Casa. Esclareceu que esse é seu posicionamento e não está falando por todos os vereadores e afirmou que esta Casa deve sim acompanhar de perto esse e outros processos que envolvam recursos públicos, pois essa talvez seja a principal função da existência desta Casa, no entanto qualquer atitude deve ser tomada com cautela pensando na população e que o poder judiciário terá competência suficiente para julgar esse e qualquer outro caso. Registrou ainda que se esta Casa for provocada irá cumprir a lei, no entanto enfatizou que no momento a melhor atitude é esperar a decisão da justiça. Finalizou agradecendo a presença de todos, desejou uma boa tarde e lembrou que logo após a sessão irá ocorrer uma audiência pública da comissão de orçamento e finança. **4) ANDERSON JULIANO, PT** – Cumprimentou seus pares, imprensa e demais presentes. Em relação à condenação do Prefeito por improbidade administrativa e danos ao erário, disse que viu o quanto as pessoas mentem, sem a menor vergonha. Pois foi publicada uma nota pela prefeitura que dentre outros absurdos diz que o próprio ministério público reconheceu que não havia razão para perda de mandato e não pleiteou a perda do mesmo, no entanto lembrou que a ação foi realizada em 2010 e na época o Bomtempo não possui mandato para que fosse pedida a cassação do mesmo. Em seguida disse que na matéria acima da nota, diz que em 2006 não se tinha obrigatoriedade de fazer licitação como se a lei 8666/93 não existisse. Registrou ainda que no dia 24 de fevereiro o Supremo Tribunal obrigou as pessoas, entes, federação, estados e municípios a fazerem licitações, e 47 dias depois o governo municipal não fez a licitação e o Prefeito alegou que a velocidade da informação naquela época não era como hoje e não se sabia da mudança no procedimento, com isso pediu que fosse informado ao Prefeito que em 2006 havia computadores, internet, televisão, jornal, entre outros meios de comunicação. Afirmou que houve dano ao erário sim, acrescentando que a Desembargadora e o TJ não conseguiram comprovar se o Bomtempo colocou dinheiro no bolso, mas que houve dano ao erário sim. Disse ainda que pela lei do ficha limpa, no artigo 2º item “e”, os que forem condenados em decisão transitada em julgado, ou seja, não há mais recursos, ou proferida por órgão judicial colegiado. **5) THIAGO DAMACENO, LÍDER DO PP E DO GOVERNO** – Cumprimentou seus pares,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

imprensa e demais presentes. Disse que mais uma vez vem debater esse assunto enquanto poderia estar debatendo outros assuntos mais relevantes para o município, uma vez que a oposição insiste em fazer desse fato uma matéria importante nesse momento e que teve como origem um processo ocorrido em 2006, como bem colocou o Vereador Paulo Igor. Em relação ao pedido do Vereador Anderson Juliano para que o Ministério Público entre com o pedido de cassação do mandato do Prefeito, fica claro que a oposição não tem capacidade de argumentar, discutir e vencer no voto, ganhar representatividade e legitimidade através do voto popular, tenta a todo custo chegar ao poder tirando através da justiça o mandato do atual Prefeito. Fica preocupado quando mais uma vez o Vereador Anderson Juliano coloca equivocadamente fatos que estão em torno do processo. Lembrou que o processo surgiu em 2010, na legislatura do Prefeito Paulo Mustrangi que se negou a fornecer informações ou até pior, demonstrou total falta de interesse pela ação. Com isso, pensa que talvez essa omissão de informação, possa ter sido, de certa forma, propositada, pois naquele momento cabia ao Mustrangi duas posições, assumir que o dano existiu e entrar no polo ativo da ação, ou simplesmente entrar fazendo a defesa do município, no entanto se omitiu, da mesma forma como se omitiu durante toda sua gestão. Lembrou da cassação do Prefeito Sérgio Fadel, que fazia u ótimo trabalho pela cidade e depois tiveram que enfrentar o repugno da cidade nas urnas. Disse ainda que está enxergando o início de um movimento de quem não teve capacidade de provar para a população que tem capacidade de administrar a cidade e quer tirar o poder de quem conquistou esse poder de forma legítima através da justiça. **Não havendo mais Vereadores inscritos e Não havendo mais nada a tratar**, o Senhor Presidente, às dezenove horas e quinze minutos, declarou encerrada a sessão, convocando os Senhores Vereadores para a próxima sessão, 3 do mês de junho de dois mil e quatorze, às dezesseis horas, com ordem do dia publicada em diário oficial. Escrevo, atesto e assino para fazer constar, Guido Reis Aguiar, Assessor para Procedimentos Públicos. Registre-se e publique-se.

  
\_\_\_\_\_  
Guido Reis Aguiar

